id: 11494835

Processo PJECOR nº: 0000689-65.2025.2.00.0819
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO
PAULO ROBSON PEREIRA - OAB-RJ nº 68.485

DECISÃO

Acolho o parecer do Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Doutor **Marcelo Oliveira da Silva** (*id.* 5767255), cuja fundamentação adoto como razão de decidir, para determinar o arquivamento da presente Representação por Excesso de Prazo, na forma do art. 9º, § 2º, da Resolução CNJ nº 135/2011.

Comunique-se aos interessados.

Após, arquivem-se os autos.

Rio de Janeiro, na data da assinatura digital.

Desembargador **Cláudio Brandão de Oliveira**
Corregedor-Geral da Justiça

id: 11494836

PROCESSO Nº: 0000698-27.2025.2.00.0819
ASSUNTO: RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR
ANA LUCIA DE OLIVEIRA ORNELAS

DECISÃO

Acolho o parecer do Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Doutor **Marcelo Oliveira da Silva** (*id.* 5778234), cuja fundamentação adoto como razão de decidir, para determinar o arquivamento da presente Reclamação Disciplinar, na forma do art. 9º, § 2º, da Resolução CNJ nº 135/2011.

Comunique-se aos interessados e remetam-se cópias do parecer e desta decisão à Corregedoria Nacional de Justiça.

Após, arquivem-se os autos.

Rio de Janeiro, na data da assinatura digital.

Desembargador **Cláudio Brandão de Oliveira**
Corregedor-Geral da Justiça

id: 11494828

PROCESSO SEI: 2025-06004936

AVISO CGJ Nº113/2025

O **CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, Desembargador Cláudio Brandão de Oliveira, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos da **Lei Estadual nº 10.632**, de 18 de dezembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Poder Executivo, em 19 de dezembro de 2024, que dispõe que os valores das custas judiciais e dos emolumentos no Estado do Rio de Janeiro **sejam atualizados em 1º de janeiro de cada ano pela variação da taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia – SELIC – no período considerado de doze meses**, alterando os dispositivos da Lei Estadual nº 3.350/1999;

CONSIDERANDO que compete à Corregedoria Geral da Justiça orientar, normatizar e fiscalizar as atividades dos serviços extrajudiciais;

CONSIDERANDO o decidido no processo SEI nº 2025-06004936;

Avisa aos Senhores Delegatários, Titulares, Interventores, Encarregados, Responsáveis pelo Expediente dos Serviços Extrajudiciais e demais interessados quanto à divulgação dos valores atualizados dos emolumentos,

Quanto à Lei Estadual nº 10.632/2024 (Correção SELIC acumulada):

1. Os valores das tabelas de emolumentos serão atualizados em 1º de janeiro de cada ano pela variação da taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia - SELIC - para títulos federais acumulados no período considerado de doze meses e, na hipótese de sua extinção, será aplicado o índice de correção monetária que a substituir, adotado pelo Poder Executivo para a correção do crédito tributário estadual.

2. Sendo os seus efeitos tributários a contar de **19/3/2025**.

3. Ficou decidido nos autos do processo **SEI nº 2024-06071983**:

a) **entre o período de 1º/1/2025 e 18/3/2025, a tabela de custas e emolumentos deve ser corrigida pela UFIR-RJ acumulada entre 1º/1/2024 e 31/12/2024, tomando por base de cálculo os valores vigentes na tabela aplicada no ano de 2024 (para esse período, temos vigente a atual Portaria de Emolumentos CGJ nº 2.838/2024);**

b) **a contar de 19/3/2025, a tabela de custas e emolumentos será corrigida pela taxa SELIC acumulada no período de 1º/1/2024 a 31/12/2024, tomando por base de cálculo os valores vigentes na tabela aplicada no ano de 2024 (nesse caso, teremos como base de cálculo os valores dos emolumentos da Portaria de Emolumentos CGJ nº 556/2024); e**

c) **a tabela aplicável à taxa judiciária segue sendo corrigida anualmente pela UFIR-RJ, não lhe sendo aplicável a taxa SELIC. (...)**

4. Diante da informação prestada pela Secretaria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (SGPCF), nos mesmos autos:

d) "(...) Considerando que os dados obtidos junto ao Banco Central do Brasil demonstram que a **variação da taxa SELIC, no período de 2/1/2024 a 31/12/2024, perfaz 10,825543%**". Portanto, o índice de correção no período é o de **1,10825543%**.

5. O valor máximo da taxa judiciária cobrado no Estado do Rio de Janeiro permanece sendo corrigido anualmente pela UFIR-RJ, que é **de R\$ 80.763,60 (oitenta mil, setecentos e sessenta e três reais e sessenta centavos)**, para o ano de **2025**.

6. A Portaria de Emolumentos, em seu artigo 19, estabelece o valor teto dos emolumentos para lavratura das escrituras de inventário e partilha de bens, conforme previsto na Lei Federal nº 11.441/2007.
O artigo 1º, § 1º, "c", assim prevê:

"o valor dos emolumentos e correspondentes acréscimos legais, nas escrituras de inventário e partilha de bens, conforme previsto na Lei Federal nº 11.441, de 4 de janeiro de 2007, será apurado de acordo com o valor de cada bem, conforme as faixas dispostas no item nº 1 da Tabela 07, **não podendo o custo total da escritura, emolumentos e acréscimos legais exceder ao valor máximo das custas do processo de inventário, requerido em sede judicial** (custas judiciais acrescidas da taxa judiciária prevista no artigo 124 do Decreto Lei Estadual nº 05, de 15 de março de 1975 - Código Tributário Estadual, mais os acréscimos legais)."

7. Isso quer dizer que a taxa judiciária máxima e o valor dos emolumentos em **escrituras de inventário e partilha de bens** continuam a depender do valor da taxa judiciária e, conseqüentemente, da **UFIR-RJ**.

Rio de Janeiro, na data da assinatura digital.

Desembargador **CLÁUDIO BRANDÃO DE BRANDÃO**
Corregedor-Geral da Justiça

id: 11494837

PROCESSO SEI: 2025-06000078

PORTARIA CGJ Nº 697/2025

O **CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, Desembargador Cláudio Brandão de Oliveira, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os termos da Lei Estadual nº 3.350, de 29 de dezembro de 1999, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Poder Executivo, de 30 de dezembro de 1999, que dispõe sobre as custas judiciais e os emolumentos dos Serviços notariais e de registros no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

CONSIDERANDO a vigência da Lei nº 9.873, de 05/10/2022, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Poder Executivo, de 06 de outubro de 2022, modificando a redação das Tabelas 16 a 25 da Lei Estadual nº. 3.350/1999, visando à simplificação do recolhimento de emolumentos, à normatização das inovações em sede notarial/registraral, à equalização dos valores de emolumentos cobrados nos demais Estados da Federação;

CONSIDERANDO a edição da Lei Estadual nº 10.234, de 12 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Fundo de Apoio aos Registros Cíveis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro – FUNARPEN/RJ;

CONSIDERANDO o Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 27, publicado em 13/11/2012, regulamentando os procedimentos a serem observados para fins de recolhimento da verba destinada à fonte de custeio e de reembolso dos atos gratuitos praticados pelos Serviços de RCPN (não abarcados na Lei estadual nº 3.001/98);

CONSIDERANDO que o artigo 8º do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 27/2012 prevê que o reembolso dos atos gratuitos será efetuado por cada ato praticado, conforme Tabela a ser publicada pela Corregedoria Geral da Justiça, levando-se em conta a composição de valores previstos na Lei Estadual nº 3.350/1999 para a sua remuneração;

CONSIDERANDO a edição da Portaria CGJ nº 423/2025, que aprovou as Tabelas de Emolumentos Extrajudiciais que acompanham a referida Portaria, com vigência a partir de 19 de março de 2025, incorporando as Tabelas da Lei Estadual n.º 3.350, de 29/12/1999, com redação modificada pela Lei Estadual nº 9.873/2022, de 05/10/2022, e pela Lei Estadual nº 10.632, de 18 de dezembro de 2024;

CONSIDERANDO a necessidade de fixação dos valores dos emolumentos para efeito exclusivo de ressarcimento dos atos gratuitos pelo FUNARPEN/RJ;

CONSIDERANDO o que ficou decidido no processo SEI nº. 2025-06000078;

RESOLVE:

Art. 1º – Para efeito de compensação dos atos gratuitos abrangidos pelo Fundo de Apoio aos Registradores Civis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro – FUNARPEN/RJ, nos termos da Lei estadual nº 10.234/23 e nos termos do que estabelece o artigo 8º, do Ato Executivo Conjunto nº 27/2012, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, o reembolso será realizado por cada ato praticado, observando-se a Tabela, em anexo.

Art. 2º – A presente Portaria tem vigência a partir do dia 19 de março de 2025.

Rio de Janeiro, (data da assinatura digital).

Desembargador **CLÁUDIO BRANDÃO DE OLIVEIRA**
 Corregedor-Geral da Justiça

ANEXO

Atos	Lei nº 9.873/22	Valor
Processo de habilitação de casamento ou procedimento de conversão de união estável em casamento *incluído o termo de opção	Tabela 18, item 2, a + item 6 + item 8, a	R\$ 489,56
Processo de habilitação de casamento ou procedimento de conversão de união estável em casamento (no regime da separação obrigatória de bens)	Tabela 18, item 2, a + item 8, a	R\$ 412,42
Pelo registro do casamento civil em decorrência de processo de habilitação ou conversão de união estável em casamento ou do casamento religioso com efeito civil ou à vista de certidão de habilitação expedida por outro ofício *incluído o traslado	Tabela 18, item 2, b + item 8, a	R\$ 288,46
Registro e afixação do edital de proclamas, recebido de outro Ofício (ou pela expedição de edital para outra comarca)	Tabela 18, item 2, f	R\$ 107,54
Registro de união estável em decorrência de sentença judicial, escritura pública ou documento particular no livro E do município de residência dos conviventes e registro de qualquer outro ato ou sentença sujeita a registro	Tabela 18, item 9	R\$ 180,92
Transcrição de nascimento ou óbito de brasileiros ocorridos no exterior e de termo de opção pela nacionalidade brasileira *incluído o traslado	Tabela 18, item 3 + item 8, a	R\$ 332,27
Transcrição de casamento de brasileiros ocorridos no exterior e de termo de opção pela nacionalidade brasileira	Tabela 18, item 3	R\$ 224,73
Averbação (RCPN)	Tabela 18, item 5	R\$ 132,72
Processamento de retificação (no cartório do acervo), averbação, transcrição, cancelamento ou restauração de registro e demais hipóteses	Tabela 18, item 4	R\$ 166,73
Processamento de retificação (no cartório processante), averbação, transcrição, cancelamento ou restauração de registro e demais hipóteses	Tabela 18, item 4	R\$ 166,73
Certidão RCPN	Tabela 18, item 8, a	R\$ 107,54
Certidão CRC (RCPN)	Tabela 18, item 8, a + c	R\$ 125,74
Certidão de inteiro teor (RCPN)	Tabela 18, item 8, a + b	R\$ 143,95
Visto (RCPN)	Tabela 16, item 2	R\$ 30,22
Guia de sepultamento (Certidão RCPN)	Tabela 18, item 8, a	R\$ 107,54
Conjunto de comunicações decorrentes do respectivo registro de nascimento	Tabela 18, item 10	R\$ 72,84
Conjunto de comunicações decorrentes do respectivo registro de óbito	Tabela 18, item 11	R\$ 182,13
Processamento e envio de registro de nascimento ao cartório competente (Unidade interligada) *incluído o traslado	Tabela 18, item 1, a + item 8, a	R\$ 148,84
Processamento e envio de registro de óbito ao cartório competente (Unidade interligada) *incluído o traslado e a guia de sepultamento	Tabela 18, item 1, b + item 8, a (x2)	R\$ 256,38
Materialização de atos decisórios em feitos judiciais eletrônicos que caiba cumprimento pelo registro civil, exclusivamente para fornecimento à parte solicitante ou ao seu representante legal, por processo	Tabela 18, item 12	R\$ 107,54